ANTI CAPITALISTA

N.º 21 (SÉRIE II) – OUTUBRO 2019

O SEGUNDO SEXO
PP.04-05

TEMPO DE ESCOLHAS
P.06

SNS: A MAIORIA QUE IMPORTA
P.07

#FAZACONTECER

EDITORIAL

FAZ ACONTECER

No seu primeiro romance publicado, Chico Buarque começa por explorar as várias significações do seu título: *Estorvo*. Lembra o cantautor e romancista que *Estorvo*, entre outras, coisas remete a "perturbação", "atropelo", mas também "turbulência" ou "torvelinho". Não se inclui neste leque de significações a palavra "empecilho", com a qual o vice-presidente da bancada parlamentar do PS qualificou os partidos que viabilizaram a solução governativa cessante, com particular acento e acinte no Bloco de Esquerda. Há que analisar o "estorvo", reconhecer a "perturbação" e o "atropelo" de que se queixam estes protagonistas, sublinhando ao mesmo tempo a "turbulência" e o "torvelinho" proporcionados pelo alcance concreto permitido, na atual legislatura, pela intervenção do Bloco. Estorvo a um programa encostado à direita neoliberal, empecilho à adoção submissa da cartilha da Comissão Europeia e, certamente, como a campanha demonstra e como corroboram as pessoas que vivem do seu trabalho, "torvelinho" apontado à mudança e à transformação social, com um programa político que não desarma do combate ecossocialista feito pelas pessoas e para as pessoas.

Entretanto, o tempo eleitoral tornou claro o que se vem tornando inegável: as questões climáticas marcam a agenda, com um véu de consenso capaz de ocultar o que é fundamental. É que nem por isso a entrada definitiva na agenda mediática ou partidária corresponde às mudanças profundas exigidas, em todos os domínios, perante os danos irreversíveis na natureza e ecossistemas, que séculos de irresponsabilidade política e económica provocaram. Enquanto, em todos os quadrantes, as forças mais convencionais e os ideários mais irresponsáveis chamam oportunisticamente a si uma agenda climática, a necessidade de uma mudança sistémica e politicamente consistente impõe-se de forma cada vez mais evidente.

Fora das proclamações vazias, longe do eleitoralismo oco, a justiça ambiental não é compatível com lógicas de acumulação e de monopólio como as que entregam na mão dos grandes grupos económicos a água, a energia, os setores estratégicos da economia mais decisivos para a política ambiental que o tempo exige. É preciso que esta política seja isso mesmo: uma política. Não um conjunto de lemas, nem sequer um conjunto de reivindicações segmentadas e de nicho. Permanecem os lemas enquanto arde a Amazónia e a vida das pessoas, tal como o futuro da natureza, não são compatíveis com as roldanas do lucro ou com os imperativos do mercado.

O Bloco demonstrou ao longo da campanha o quanto é vital a vinculação da discussão ambiental a um projeto político consistente, que se afirme e que diga ao que vem, fora de oportunismos de seita e da espuma dos dias. Não há justiça climática sem alternativas e sem resistência. E é por isso que, correspondendo ao apelo das ruas e às urgências do tempo, continuaremos empecilhos, estorvos, perturbações face aos cúmplices inconfessados das cadeias do lucro, como saberemos ser o torvelinho e a turbulência inerentes a uma política da diferença, da afirmação e da alternativa. É esta política da afirmação que, contra a retórica da proclamação, salta dos lemas e faz acontecer.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
Faz acontecer

3 **Ativismo**
Língua Gestual Portuguesa: uma questão de direitos e dignidade

4-5 **Pensamento crítico**
A liberdade é a nossa substância
Simone de Beauvoir nos 70 anos de *O Segundo Sexo*

6 **Eleições**
Tempo de escolhas

7 **Ativismo**
SNS: a maioria que importa

8 **Leituras**
Lisboa, chão sagrado, Ana Bárbara Pedrosa
As classes médias em Portugal, João Teixeira Lopes, Francisco Louçã, Lígia Ferro
Uma vida com história: Cláudio Torres, Eduardo M. Raposo

8 **Acontece**
MICAR
Marchas do Orgulho LGBTI+

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Andrea Peniche
Adriano Campos
Beatriz Simões
Bruno Maia
Cláudia Braga
Francisco Louçã
Hugo Monteiro
João Teixeira Lopes
Rita Gorgulho
Tatiana Moutinho

Capa
Jaimie Paul Scanlon (JPS), *Cat on a chain*, 2014.

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA: UMA QUESTÃO DE DIREITOS E DIGNIDADE

CLÁUDIA BRAGA

Ser intérprete de língua gestual portuguesa é ser ponte de comunicação entre dois mundos. O mundo das pessoas surdas e o mundo das pessoas ouvintes. É passar a informação de uma língua oral para uma língua visuoespacial. Isto seria a definição mais curta da profissão. Ser intérprete de língua gestual portuguesa é ser isto e muito mais. Depende sempre do público com quem estamos a trabalhar, mas muitas vezes temos de ser mãe e pai, amiga e amigo, psicóloga e psicólogo, assistente social, e tantas outras coisas. Infelizmente, a aprendizagem da língua gestual portuguesa ainda não é acessível a todas as pessoas, e isso faz com que a esta profissão seja ainda necessária, muito necessária.

A profissão de intérprete de língua gestual portuguesa é reconhecida pela Lei n.º 89/99 de 6 de julho, no entanto, passados vinte anos, ainda não foi regulamentada. Continuamos à espera que esta se concretize, mas não estamos à espera de forma passiva. Temos tentado, em várias frentes, que a regulamentação aconteça, mas não tem sido um caminho fácil, ou melhor, facilitado.

É possível encontrar intérpretes a exercer funções em vários contextos: educação, saúde, finanças, cultura, entre outros. Ser intérprete de língua gestual portuguesa é estar em constante aprendizagem. É conhecer todas as áreas. É terminar um serviço cansadas e cansados física e psicologicamente. É trabalhar antes, durante e depois de uma interpretação. O exercício desta profissão tem sido feito de forma precária. Sim, ser intérprete de língua gestual portuguesa é trabalhar precariamente. Permitir a comunicação entre dois mundos ainda não é visto como uma obrigação do Estado para assegurar direitos. As e os profissionais desta área estão, na sua maioria, a exercer funções em escolas, para que as alunas e os alunos possam aceder ao conhecimento de forma igualitária. Trabalhar para o Ministério da Educação é trabalhar precariamente. A maior parte das técnicas e dos técnicos continuam a aguardar pelo desfecho do PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinário de Vínculos Precários da Administração Pública). Temos esperança que este programa não seja uma ilusão, mas uma certeza. Ao fim de mais de dois anos de espera, as dúvidas começam a instalar-se, mas não desistimos e lutaremos até ao último momento. Em outras áreas, o exercício da profissão é ainda mais precário. Trabalhamos a recibos verdes e de forma esporádica. O Estado ainda não se capacitou sobre a exigência democrática de existirem intérpretes em todos os serviços públicos, para que às pessoas surdas seja garantido, não só a comunicação plena, como também a sua autonomia. Recorrentemente, as pessoas surdas pedem aos e às intérpretes de língua gestual portuguesa que as acompanhem a serviços públicos, como Finanças, Segurança Social, Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), hospitais, centros de saúde, reuniões de encarregados de educação, etc. A maior parte destas pessoas não tem rendimento suficiente para contratar serviços de intérprete, e isso constrange as trabalhadoras e os trabalhadores intérpretes, porque sabem que os seus serviços são um meio de garantir igualdade e cidadania, mas não podem cobrar o valor do seu trabalho. A responsabilidade em assegurar estes direitos é do Estado, mas este sacode a água do capote e empurra para os e as intérpretes a batata quente, relegando as pessoas surdas para o campo da caridade e não dos direitos. As pessoas não podem ser tratadas desta forma, porque têm direitos. As pessoas surdas não são um fardo para a sociedade, são cidadãs e cidadãos de plenos direitos.

REIVINDICAMOS A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO. REIVINDICAMOS A PRESENÇA DE INTÉRPRETES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS. REIVINDICAMOS O FIM DA PRECARIEDADE NA NOSSA PROFISSÃO.

Reivindicamos que a sociedade nos veja como profissionais que somos, com todos direitos e todos os deveres. Reivindicamos que as pessoas surdas possam usufruir de serviços de interpretação gratuitamente. Reivindicamos o exercício de funções nos serviços públicos de forma não precária. Não queremos continuar a ser vistas e vistos como alguém que ajuda a pessoa surda, porque de facto, se estamos a ajudar alguém serão as pessoas ouvintes, que necessitam de nós dada a sua incapacidade em comunicar numa língua que habita no nosso país diariamente. Queremos ser profissionais reconhecidos como tal. Não queremos ter que "dar jeitinhos" para que a comunicação se efetive. Queremos ser efetivamente profissionais reconhecidas e reconhecidos. Por nós e pela dignidade das pessoas surdas.

PENSAMENTO CRÍTICO

A LIBERDADE É A NOSSA SUBSTÂNCIA

Simone de Beauvoir nos 70 anos de *O Segundo Sexo*

[continua online]

Andrea Peniche

Entre maio e outubro de 1949, Simone de Beauvoir (1908-1986) publicou, em França, em dois volumes, *O Segundo Sexo*, obra na qual estabeleceu uma importante base teórica para os debates e as ações políticas e feministas das décadas posteriores. Dividido em dois volumes, opõe o fixismo de uma suposta essência feminina à construção histórica desse mito, denunciando os mecanismos do patriarcado (conceito que só viria a ser "descoberto" quase duas décadas depois) e a sua relação com o sistema capitalista.

Excertos do livro foram pré-publicados na revista *Les Temps Modernes,* que Beauvoir dirigia com Sartre. As vendas desses números bateram recordes. A obra foi um êxito de vendas, mas, devido a reações hostis, o livro foi retirado de várias livrarias. Em 1956, a obra entrou para o Índex, a lista de livros proibidos criada pela Igreja Católica, e, consequentemente, foi proibido em vários países, Portugal incluído. Entre a intelectualidade, a obra foi recebida de forma muito crítica, tanto pelos setores católicos e protestantes, como por comunistas e existencialistas. As organizações de mulheres procuraram não se envolver diretamente nas polémicas, mas era claro que não concordavam com duas das principais ideias que o livro defendia: o direito à contraceção gratuita e ao aborto legal.

«Recebi, assinados ou anónimos, epigramas, epístolas, sátiras, admoestações, exortações dirigidas, por exemplo, por "membros muito ativos do primeiro sexo". Insatisfeita, frígida, priápica, ninfomaníaca, lésbica, cem vezes abortada, fui tudo, até mesmo mãe clandestina. Ofereciam-se para curar a minha frigidez, para saciar os meus apetites de vampiro, prometiam-me revelações em termos abjetos, mas em nome da verdade, da beleza, do bem, da saúde e até mesmo da poesia, indignamente saqueados por mim. (…) Ele [François Mauriac] escreveu a um dos colaboradores da Temps Modernes: "Fiquei sabendo tudo sobre a vagina de sua patroa". (…) Em novembro, houve nova manifestação de hostilidades. Os críticos caíam das nuvens; não havia problema: as mulheres sempre haviam sido iguais aos homens, jamais seriam inferiores a eles, tudo o que eu dizia já era sabido, não havia uma palavra de verdade em meu discurso. (…) Eu era uma "pobre mulher" neurótica, uma rejeitada, uma frustrada, uma deserdada, uma mulher-macho, uma mal-fodida, uma invejosa, uma amargurada repleta de complexos de inferioridade com relação aos homens, com relação às mulheres, estava roída pelo ressentimento. (…) Suscitei ódios até mesmo entre meus amigos. (…) Camus me acusou, em algumas frases melancólicas, de ter ridicularizado o macho francês. (…) A direita só podia detestar meu livro que, de resto, Roma colocou no Índex. Eu esperava que ele fosse bem acolhido na extrema-esquerda. Estávamos muito mal com os comunistas; apesar disso, meu ensaio devia tanto ao marxismo, e lhe atribuía um papel tão importante, que eu esperava da parte deles ao menos alguma imparcialidade! (…) Os marxistas não estalinistas não foram muito mais reconfortantes. Fiz uma conferência na École Emancipée e responderam-me que, feita a Revolução, o problema da mulher não se colocaria mais. Muito bem, disse eu; mas e enquanto se espera? O presente não parecia interessar-lhes.»[1]

Há 70 anos que sabemos que «Ninguém nasce mulher: torna-se mulher». A indagação sobre como as fêmeas humanas se *tornam mulheres* abalou todo o paradigma patriarcal essencialista. E nunca mais nada foi igual.

Regresso muitas vezes a Simone de Beauvoir, como regresso a tantas e tantos outros que, mais do que terem escrito a obra definitiva, franquearam portas e nos dotaram com ferramentas que nos permitem livrarmo-nos dessa maldição da busca pela obra acabada. Regresso também porque me incomoda uma certa arrogância, cada vez mais presente, que recusa o passado porque o presente não decorre linearmente dele, descartando as condições de possibilidade das que lhes antecederam. Regresso porque o seu pensamento é fecundo, porque nos dota de instrumentos para pensarmos sobre novas – e velhas – questões. Regresso porque, na verdade, *os únicos túmulos em que vale a pena cuspir*[2] são os túmulos do dogmatismo e do moralismo, quando nos querem fazer crer que a igualdade é possível na dominação, que igualdade é imitação e não transcendência. Regresso porque revisitar Simone de Beauvoir é um exercício de renovação de uma ideia fundamental, a ideia de que o feminismo não é utopia, é programa de ação.

Percorrerei neste texto algumas ideias que

1 - BEAUVOIR, Simone (1963/2009). *A força das coisas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 151-153.

2 - Referência a *Irei cuspir-vos nos túmulos* (Boris Vian, Relógio d'Água, 2007).

considero centrais nesta obra de Simone de Beauvoir, no que elas tiveram de transformador na época em que foram enunciadas e no que elas têm de fecundo na análise de questões dos tempos em que vivemos.

A SUPERAÇÃO DA IDEIA ESSENCIALISTA SOBRE O QUE É SER MULHER

Friedrich Engels[3] fez uma análise histórica da família e da forma como esta se relaciona com as questões de classe, da subalternidade feminina e da propriedade privada. Se situarmos historicamente a obra, percebermos que ela surge num contexto em que, não só no senso comum, mas também nos meios intelectuais, a tese que hegemonizava o pensamento era a de que a situação social, política, económica e cultural subordinada das mulheres era fruto e expressão da natureza/essência feminina. E a revolução operada por Engels consiste precisamente nisso, na recusa do essencialismo e na busca das razões históricas capazes de explicar a dominação masculina e a subordinação feminina. A aplicação do materialismo histórico à análise da família permitiu que a opressão fosse desnaturalizada, pois possibilitou perceber que o lugar depreciado que as mulheres ocupam nas estruturas sociais, culturais e económicas tem raízes na história, não resultando de uma suposta essência ou característica biológica.

A historicização da opressão seria o fermento que, no século XX, potenciaria o surgimento da teoria de género, a qual reconhece nas relações sociais de poder capacidade explicativa sobre a desigualdade material e simbólica das mulheres nas sociedades patriarcais. A obra de Simone de Beauvoir é herdeira desta matriz histórica, no sentido em que problematiza o conceito de "mulher" enquanto construção social, antecipando em quase duas décadas um debate que se revelaria fundamental para o feminismo de segunda vaga, razão pela qual se constitui num diálogo fecundo e crítico entre o materialismo histórico e dialético e o existencialismo.

«A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma anti-phisis: ela não sofre passivamente a presença da Natureza, retoma-a antes nas suas mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; efetua-se objetivamente na praxis. Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. Ela reflete uma situação que depende da estrutura económica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou a humanidade».[4]

Ao propor a tese de que as mulheres não se definem a si próprias – autodefinição –, são antes definidas pelo olhar masculino - heterodefinição -, Simone de Beauvoir tornou possível entender que a origem da desigualdade de género não tem apenas raízes históricas, é também uma construção ideológica. E, por isso, uma nova epistemologia pôde surgir a partir de *O Segundo Sexo*, porque nele é superada a visão essencialista sobre o que é ser mulher:

«Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, económico, define a sociedade, é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino».[5]

Ou seja, o feminino é construído histórica e culturalmente, não é uma essência. E a história mostra que essa construção tem ocorrido de acordo com os interesses masculinos e resultado na subjugação das mulheres.

A ideia de que não nascemos mulheres, antes nos tornamos, foi crucial para desnaturalizar a opressão e transformar o feminismo em práxis política. É verdade que Beauvoir se referia à construção social do género, mas o argumento tem potencial heurístico se aplicado, por exemplo, à questão trans, já que a definição ou o reconhecimento dos corpos a partir dos genitais é uma ideia construída e uma forma de aprisionamento. O corpo como liberdade reclama outro lugar, o lugar da autodefinição e da autorrepresentação, na medida em que o sexo com que nascemos não determina quem somos, porque nós somos aquilo em que nos tornamos; nós somos o que a liberdade nos permite ser, e a liberdade é a nossa substância.

3 - Cf. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado (1884/1975)*. Lisboa: Presença.

4 - BEAUVOIR, Simone (1949/1975). *O Segundo Sexo. Os factos e os mitos* (vol. 1). Venda Nova: Bertrand, p. 84.

5 - BEAUVOIR, Simone (1949/1975). *O Segundo Sexo. A experiência vivida* (vol. 2). Venda Nova: Bertrand, p. 84.

TEMPO DE ESCOLHAS

JOÃO TEIXEIRA LOPES

Alguns comentadores encartados referem-se às atuais eleições como indicador de homogeneização ideológica e programática, pois agrada-lhes a ideia pardacenta de tudo confundir sob a égide ilusionista da mesmidade. Esse senso comum apoia-se na hegemonia das ideias feitas e na aversão pelo debate e pela crítica. Ora, muito claramente, confrontam-se distintas visões de sociedade. Salientarei cinco eixos através nos quais essa disputa se evidencia:

1. O eixo público/privado. A esquerda propõe primazia aos bens comuns e não se coíbe de defender a nacionalização de empresas e setores estratégicos. Os CTT, por exemplo, desmantelados e ineficientes, deveriam ser uma empresa do Estado, de forma a assegurarem um serviço universal com equidade territorial e preocupação social, ao invés de serem agências bancárias do capital estrangeiro. A distribuição de energia, entregue em monopólio à GALP, REN e EDP, tornou-se um negócio que transforma as tarifas em pesadelo na altura de pagar a conta. Chegou-se ao cúmulo de a EDP pretender vender barragens do Douro a interesses espanhóis, o que significa perder total controlo sobre a bacia hidrográfica. Em suma, privatizar sai caro e hipoteca o futuro. Nacionalizar melhora a qualidade e a equidade dos serviços e devolve poder de decisão sobre o devir comum.

2. O eixo justiça social/ortodoxia financeira. O dogma do défice zero, uma invenção recente do eixo franco-alemão de finais do século XX, asfixia a capacidade de investimento público em setores como a saúde, a educação, a habitação e a ciência. Estagna as nossas perspetivas de desenvolvimento e mitiga qualquer esforço sustentado de distribuição de riqueza. Centrar as perspetivas de um país na ideia puritana do "bom aluno", que responde a Bruxelas e a Berlim com subserviência, que suga todos os recursos para pagar a dívida e que desaproveita um período de juros baixos, significa de abdicar da ideia de projeto, de estratégia, de alternativa. A economia não pode ser a reprodução artificial da estagnação permanente.

3. O eixo predação/ecologia. O programa da esquerda ecossocialista não é um somatório de ações individuais que limpam a alma dos "pecadores" ambientais. Os nossos esforços quotidianos serão vãos e reduzir-se-ão ao espalhafato do marketing se formos incapazes de associar o combate às desigualdades, à reorganização da economia e à proteção ambiental. De nada serve uma ecologia de boas maneiras e de grandes negócios para os emergentes setores do "capitalismo verde". Nas palavras de Michael Löwy: «A civilização capitalista contemporânea está em crise. A acumulação ilimitada de capital, a mercantilização de tudo, a exploração impiedosa do trabalho e da natureza e uma brutal competição minam as bases de um futuro sustentável e, portanto, colocam em risco a própria sobrevivência da espécie humana. A ameaça profunda e sistémica que enfrentamos exige uma transformação profunda e sistémica: uma Grande Transição». [Cf. "O que é o ecossocialismo", Esquerda.net, 9 de fevereiro de 2019]

4. O eixo trabalho/selvajaria. A desproteção laboral, a normalização da precariedade, a glorificação da ilusão do empreendedorismo, a difusão do trabalho não pago, a deificação do trabalho informal (particularmente cingido a mulheres) são sinais de des-civilização. Importa reconstruir identidades não alienadas face ao trabalho, o que implica, como ponto de partida, salários dignos, empregos estáveis, direitos sociais, regulação, direito a 25 dias de férias pagas, retribuição integral das horas extraordinárias, do usufruto pleno do fim de semana, de justa remuneração pelo trabalho por turnos.

5. O eixo dignidade/desrespeito. A esquerda quer a igualdade e reconhece as diferenças. Sem condescendência ou paternalismo, através da multivocalidade comunicante, isto é, pela defesa de esferas públicas onde todos e todas pugnam por uma cultura universal de reconhecimento e tradução das diferenças, de convivência entre iguais, pois só a diferença relaciona, só ela permite, pela sua singularidade partilhada, encontrar pontes e construir comunidades. Para tal, é fundamental seguir a proposta de Nancy Fraser, pois se se cruzam e acumulam injustiças económicas, culturais e políticas, devem cruzar-se e associar-se políticas de redistribuição, de reconhecimento da diferença e de representação.

É tempo de clarificar, de divergir e de escolher. Sob o manto da vontade de consenso das classes dominantes insurge-se a esquerda que se bate pelos bens comuns, pela justiça social, pela ecologia, pelo trabalho e pela dignidade. Essa articulação em múltiplas frentes é o exercício prático do socialismo.

ATIVISMO

SNS: A MAIORIA QUE IMPORTA

BRUNO MAIA

Em janeiro, em declaração conjunta, a Associação Nacional de Farmácias (ANF), Óscar Gaspar (Associação Portuguesa de Hospitalização Privada) e Salvador de Mello (Health Cluster Portugal) acusaram a proposta do Bloco de Esquerda para a nova Lei de Bases da Saúde de «impor uma visão estatizante e um regime de monopólio público no SNS» (*Público*, 21 de janeiro de 2019). Em 2018, a ANF encomendou um estudo que demonstrava que, nesse ano, 64 milhões de embalagens de medicamentos não tinham sido aviadas por falta de fornecimento das farmácias.

Ficámos a saber este verão que, só nos últimos 12 meses, 3,5 milhões de utentes ficaram sem medicamentos. E porquê? Porque os distribuidores e os armazenistas preferem desviá-los para mercados mais rentáveis. E quem é o principal distribuidor de medicamentos em Portugal? A Alliance Healthcare, uma empresa cujo sócio maioritário é a Farminvest, que todos os anos movimenta cerca de 700 milhões de euros e é o braço empresarial da ANF, a associação que representa 95% das farmácias portuguesas é a responsável pelo desvio dos medicamentos para fora do país. Mas a ANF tem mais negócios. Por meio da Farminvest, é a detentora de 30% da José de Mello Saúde, o grupo a quem PS, PSD e CDS entregou a gestão do Hospital de Braga e de Vila Franca de Xira, aquela que internou doentes graves em cantinas e casas de banho, aquela a quem a ARS do Norte multou quatro vezes por desviar doentes graves para outros hospitais, aquela que fez um cartel com outros privados para não devolver os 30 milhões de euros que deviam à ADSE.

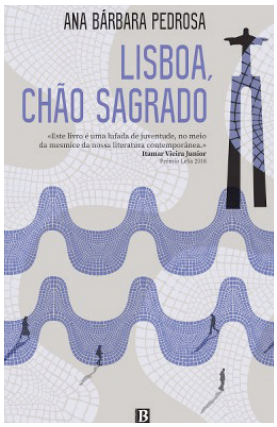
Assim, as farmácias não recebem os medicamentos que a associação da qual fazem parte não distribui para poder exportar; essa associação tem participações significativas em grupo privados da saúde; esses, que por sua vez administram hospitais do Estado, têm convenções milionárias com os SNS e, ao mesmo tempo, devem milhões à ADSE. Enquanto isso, a ADSE e o SNS suportam o custo de grande parte dos medicamentos que a dita associação não quer distribuir. Aqui estão as maravilhas da gestão privada que a direita quer no SNS. Aqui estão aqueles que se dizem complementares ao SNS, mas que se portam como predadores, que levam hoje 40% do orçamento da saúde, que fazem cartelização para não pagarem os milhões que devem aos trabalhadores do Estado, que estão sempre prontos a receber a renda do Estado e a deixar milhões de pessoas sem acesso a medicamentos. Em resumo, rendas, desvio de medicamentos, desvio de doentes, multas, dívidas aos trabalhadores, cartelização. Citando João Semedo, «ou a democracia acaba com o assalto dos grupos privados ao SNS ou estes vão concluir o que puseram em marcha há 30 anos: o desmantelamento do serviço público de saúde».

Estivemos, nos últimos anos, lado a lado com João Semedo e António Arnaut. A eles muito devemos desta enorme vitória da esquerda que é a nova Lei de Bases da Saúde. Sempre em defesa do SNS, para não deixar ninguém para trás. Mas há muito para fazer, para cumprir esta herança: acabar com as PPP, contratar os e as profissionais em falta, recuperar e valorizar carreiras, a dedicação exclusiva, o fim das taxas moderadoras, um SNS para a saúde e para a prevenção, médico de família para toda a gente, e, sim, colocar o laboratório militar a produzir os medicamentos que a Associação Nacional de Farmácias não quer distribuir.

TODO O TRABALHO FEITO PARA APROVAR A NOVA LEI DE BASES DA SÁUDE NÃO PODE SER ESQUECIDO. DO MESMO MODO, NÃO PODEMOS ESQUECER AS CURVAS E CONTRACURVAS QUE O PARTIDO SOCIALISTA FEZ DURANTE MAIS DE UM ANO. PISCOU O OLHO À PRIVATIZAÇÃO DA DIREITA, PISCOU O OLHO AO PROJETO NEOLIBERAL DE MARIA DE BELÉM, PISCOU O OLHO AO VETO PREVENTIVO DE MARCELO. COM TANTO PISCA-PISCA, SÓ MESMO A FORÇA DA ESQUERDA VALEU AO SNS.

Com esta Lei de Bases, Semedo e Arnaut começaram algo que agora o voto popular tem a responsabilidade de consagrar. A quem tanto deseja maiorias, nós respondemos com a força de uma maioria que já existe: a maioria do povo que quer um SNS público, universal e gratuito. Essa é a maioria que conta. Essa é a maioria que o Bloco quer reforçar.

LEITURAS

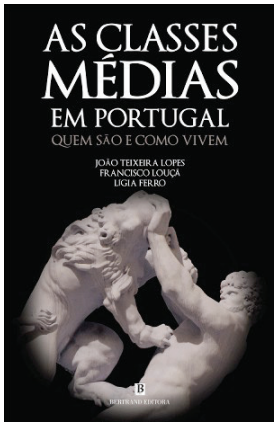


LISBOA, CHÃO SAGRADO

Ana Bárbara Pedrosa

2019 | 224 páginas | Betrand Editora | PVP: ± 15.50 Euros

Lisboa, Chão Sagrado será a estreia da autora para a maioria dos seus leitores e leitoras. Trata-se de um romance que cruza várias histórias de amor entre Lisboa e o Rio de Janeiro e um conjunto de personagens surpreendentes. Na exploração dessa linguagem que se vai inventando entre as duas entoações do português ou na coreografia do seu realismo romântico, o livro é poderoso e raro. Não tem tabus, como notará quem o ler, e é assim a literatura que não se esconde atrás de preconceitos ou de biombos de sala.

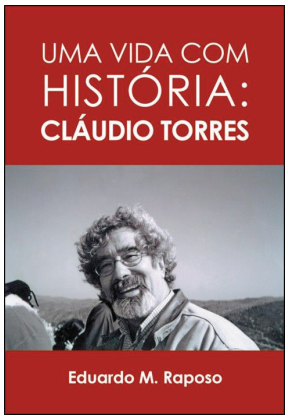


AS CLASSES MÉDIAS EM PORTUGAL QUEM SÃO E COMO VIVEM

João Teixeira Lopes, Francisco Louçã, Lígia Ferro

2019 | 192 páginas | Bertrand Editora | PVP: ± 15.50 Euros

Com a publicação deste livro, completa-se a trilogia que coloca sob a lupa as classes sociais. Em 2014, foi publicado *Os Burgueses. Quem são, como vivem, como mandam*; em 2017, *As Classes Populares. A produção e reprodução da desigualdade em Portugal.*
«Mas quem é a classe média, ou as classes médias? Pois é toda a gente, ou pelo menos quase toda a gente assim responderá. Mas, sob este manto comum de identidade, convivem posições e representações sociais muito distintas. Tem de haver um plural para classe média: a de cima, que se cola e projeta na burguesia, e a de baixo, pauperizada e comprimida às classes populares; a do público e do privado, a das áreas metropolitanas e a do rural em transição; a tradicional e a nova. Neste livro partiremos de estatísticas, relatos biográficos e análise de discurso para conhecermos um pouco melhor a classe média portuguesa. Como vive, como se reproduz, que dificuldades enfrenta, como se mobiliza politicamente, que estilos de vida desenvolve. Mostraremos como é frágil e assustada, espremida e comprimida, em particular após a grande crise.» (Da Introdução)



UMA VIDA COM HISTÓRIA: CLÁUDIO TORRES

Eduardo M. Raposo

2019 | 232 páginas | Edições Afrontamento | PVP: ± 16 Euros

Um livro assente em entrevistas concedidas ao autor pelo arqueólogo e cidadão Cláudio Torres, onde se relatam peripécias da juventude, a sua prisão por atividades subversivas, a recusa em ir para a guerra colonial e a sequente fuga de Portugal, o exílio em Marrocos e na Roménia, o regresso após o 25 de Abril, a experiência como professor universitário e a sua descoberta de um espaço único - Mértola -, onde abundam os vestígios de séculos passados, que ajudou a redescobrir nas últimas quatro décadas.

CONTACTOS

Email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**

www.redeanticapitalista.net

ACONTECE

Mostra Internacional de Cinema Antirracista
Porto | 3-6 outubro | Rivoli

A MICAR pretende contribuir para uma memória histórica plural e representativa, documentando, mas também construindo uma narrativa inclusiva e participativa, capaz de assegurar uma reflexão crítica e problematizadora dos perigos atuais, do ressurgimento da extrema-direita à normalização do discurso de ódio e do populismo.
https://micar.sosracismo.pt/

MARCHAS DO ORGULHO LGBTI+

Funchal | 19 de outubro | Praça do Município | 15h30

Viseu | 20 de outubro | Jardim Sensorial de Santo António | 15 horas